

Um ajuste (IN)justo: análise das recomendações do banco mundial para a educação brasileira no contexto do novo regime fiscal

An (IN)fair adjustment: an analysis of the world bank's recommendations for brazilian education in the context of the new fiscal regime

DOI:10.34117/bjdv7n5-248

Recebimento dos originais: 23/04/2021

Aceitação para publicação: 12/05/2021

Yohana Graziely de Oliveira Buczek

Pedagoga pela Universidade Estadual do Paraná campus de Campo Mourão
Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná
E-mail yohanagraziely@gmail.com

Noeli Maria Pereira

Especialista em Gestão Escolar pela Universidade Estadual do Centro Oeste – UNICENTRO
Mestranda pelo Programa de Pós Graduação em Educação – UNICENTRO
E-mail noepereiram@hotmail.com

RESUMO

As políticas educacionais configuram-se como um campo permeado de constantes disputas na luta de classes. No contexto de grandes transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas na década de 1990, em decorrência da crise do capital, Estado e organismo internacionais, como o Banco Mundial, tornam-se hegemônicos nesse processo de elaboração das políticas educacionais. O presente texto tem como objetivo analisar as recomendações do Banco Mundial para a educação pública brasileira presentes no documento *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil* (BANCO MUNDIAL, 2017), um estudo sobre a situação fiscal do Brasil encomendado pelo governo de Michel Temer no contexto de implementação no Novo Regime Fiscal. Buscamos entender o que representa as recomendações desse documento para a educação pública brasileira. Utilizamos como fundamentação teórico-metodológica o Materialismo Dialético por nos permitir desprender da aparência e alcançar a essência do objeto de estudo e análise documental do estudo do BM em questão. Consideramos que o BM analisa a realidade da educação pública brasileira de modo isolado considerando apenas o fator econômico, as recomendações desse organismo intensificam as medidas neoliberais no campo da educação.

Palavras-chave: Estado brasileiro, Política Educacional, Recomendações do Banco Mundial. Novo Regime Fiscal.

ABSTRACT

Educational policies are configured as a field permeated by constant disputes in the class struggle. In the context of major political, social, and economic transformations that took place in the 1990s as a result of the capital crisis, the State and international organizations, such as the World Bank, become hegemonic in this process of educational policy-making. The present text aims to analyze the World Bank's recommendations for Brazilian public

education present in the document *A fair adjustment: analysis of the efficiency and equity of public spending in Brazil* (BANCO MUNDIAL, 2017), a study on Brazil's fiscal situation commissioned by Michel Temer's government in the context of the implementation of the New Fiscal Regime. We seek to understand what the recommendations of this document represent for Brazilian public education. We used as theoretical and methodological foundation the Dialectical Materialism for allowing us to detach from the appearance and reach the essence of the object of study and document analysis of the WB study in question. We consider that the WB analyzes the reality of Brazilian public education in an isolated way considering only the economic factor, the recommendations of this organism intensify the neoliberal measures in the field of education.

Keywords: Brazilian State, Education Policy, World Bank Recommendations, New Fiscal Regime.

1 INTRODUÇÃO

O Banco Mundial (BM) foi criado em 1944 juntamente com o Fundo Monetário Internacional nos Estados Unidos com o objetivo de estabilizar a economia financeira após a II Guerra Mundial. Inicialmente, em sua criação, era uma convenção que contava com 44 países, já na década de 1990 tinha 176 países membros, seus empréstimos e seus projetos aumentaram vertiginosamente nesse período.

Segundo o site oficial do BM, atualmente, seu objetivo é erradicar a pobreza do mundo e desenvolver ações de intermédio entre países ricos e pobres. Trabalha com financiamento de projetos para setores sociais e econômicos, dentre os quais, destacamos a educação. Robertson (2012) considera que esse organismo internacional é o mais poderoso produtor de conhecimento sobre desenvolvimento internacional. Desde a década de 1980 tem funcionado expressivamente sob o paradigma neoliberal, na compreensão da autora, a educação constitui-se no grande laboratório de implementação de políticas neoliberais que envolviam diretamente pagamento por serviços públicos, diferentes formas de privatização e influência da lógica gerencial em todos os níveis.

Objetivamos analisar as recomendações para a educação pública presentes no documento *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil* elaborado e publicado em novembro de 2017 pelo BM a pedido do governo federal de Michel Temer. Nesse intento, consideramos a condição de dependência do Estado brasileiro no contexto do capitalismo mundial para compreendermos como ocorre a articulação de organismos internacionais, como o BM, na defesa de interesses do capitalismo global no campo das políticas educacionais. Ademais intentamos

compreender como se dá a atuação do BM nas políticas educacionais em nosso País no contexto do Novo Regime Fiscal.

Centramos nossas análises no capítulo de número sete, intitulado *Gastar mais ou melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública*, e buscamos compreender as recomendações do BM para a educação básica, por trazerem implicações diretas para a educação pública, principal locus de educação e formação dos filhos dos trabalhadores, no contexto das reformas educacionais que se inserem no Novo Regime Fiscal do Estado brasileiro.

No que se refere aos procedimentos teórico-metodológicos, pautamo-nos nos princípios do Materialismo Dialético, por nos permitir análise radical (no sentido de ir à raiz) o que nos possibilita a compreensão do objeto em sua totalidade e a revisão bibliográfica de autores que discutem a problemática abordada na perspectiva desse cabedal teórico. Realizamos análise documental do documento *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil* (BANCO MUNDIAL, 2017) buscando contextualizar e compreender as categorias anunciadas anteriormente à luz do contexto de dependência do Estado brasileiro.

Procuramos seguir as orientações teórico-metodológicas para análise de documentos de política educacional de Shiroma *et al* (2005). As autoras compreendem que os discursos produzidos nos documentos das políticas educacionais não são aleatórios ou neutros, pelo contrário, são arenas de conflito social, por esse motivo, os textos são marcados de intenções políticas e utilizam a linguagem com o objetivo de construir a hegemonia discursiva e criar consenso social para a implementação das reformas. As autoras afirmam que os documentos de política educacional “[...] devem ser lidos em relação ao tempo e particular contexto em que foram produzidos” (SHIROMA *et al*, 2005, p. 431), além de investigarmos como a ideologia, lógica e racionalidade conferem sustentação a reforma pretendida e articulam à ela interesses, valores e perspectivas dos reformadores.

Para melhor compreensão da problemática tratada, dividimos o texto em três momentos. De início, dedicamo-nos a compreender o Estado moderno enquanto ordenamento político e jurídico do capital em seus lineamentos gerais e em suas particularidades sócio-históricas na sociedade brasileira. Num segundo momento, explanamos sobre com as transformações políticas e econômicas no contexto do capital em crise e que determinaram profundas mudanças na relação entre Estado e educação.

Por fim, discutimos o projeto de destruição da educação pública do BM no contexto do Novo Regime Fiscal.

2 CONCEPÇÃO DE ESTADO E ESPECIFICIDADES DO ESTADO BRASILEIRO

Em decorrência de sua constituição histórica enquanto estrutura de ordenamento político e jurídico assentada em uma sociedade pautada na propriedade privada, a análise do Estado Moderno só adquire sentido e significado quando o situamos nas relações sociais concretas de produção da vida material. Destacamos que não é possível compreender o Estado moderno em sua essência sem considerarmos a propriedade privada dos meios de produção, a divisão de classes e o trabalho em sua forma alienada e fetichizada sob o capitalismo.

Bizerra (2016) compreende o Estado como expressão histórica das sociedades de classes que se origina nas determinações materiais da vida social numa relação de dependência ontológica e autonomia relativa em relação à esfera da economia em cada momento histórico. Enquanto complexo social fundado a partir da categoria trabalho, o Estado mantém interação dialética com a esfera da economia e pode assumir diferentes formas políticas de acordo com as exigências históricas específicas, porém não altera sua essência de defesa e manutenção da propriedade privada. Para o autor, o Estado é

[...] o complexo que tem a função de ser, a partir de um determinado contexto, a “ordem” que estabelece as condições apropriadamente reguladas para que haja a reprodução da sociedade erguida pela cisão histórica entre exploradores e explorados. Tendo sua gênese enraizada nos antagonismos reinantes no âmbito da sociedade, e repousando sobre eles, o Estado age sob diferentes configurações no sentido de manter acesa a plêiade que os sustentam, regulando-os para mantê-los nos limites da “ordem” (BIZERRA, 2016, p. 32).

Diante do brutal antagonismo produzido pelas relações sociais do capital, que opõem radicalmente trabalhadores e burgueses e conseqüentemente a produção da riqueza e o acesso a ela, nasce o Estado Moderno. A existência dessa estrutura política justifica-se pela oposição dessas duas classes fundamentais com interesses opostos e conflitantes que precisam ser “harmonizados” no processo de luta de classes dentro dos limites que permitam a continuidade do processo de produção e reprodução do capital e a apropriação privada da riqueza produzida coletivamente pelos trabalhadores. Nesse sentido, podemos afirmar que Estado e capital são inconcebíveis de forma separada (BIZERRA, 2016).

O Estado moderno é uma estrutura de comando político do capital com a função de manter a propriedade privada concentrada nas mãos da classe dominante, é um instrumento que legitima a dominação e a exploração sobre os trabalhadores, o que evidencia seu caráter de classe. Estado e capital se constituem no processo histórico em reciprocidade dialética, no qual a estrutura de comando político (Estado) -apesar dos defeitos estruturais do capital-, complementa os elementos reprodutivos do sistema em consonância com as exigências de sua dinâmica expansionista (MÉSZÁROS, 2011).

Marx (2010) compreende que o Estado que não está para resolver os males sociais e acabar com a desigualdade social, isso implicaria eliminar a si mesmo, já que as mazelas sociais são resultadas das relações sociais capitalistas, logo não podem ser eliminadas nos limites dessa sociedade. A atuação do Estado possui limites e contradições, desenvolve ações corretivas e paliativas nos limites estruturais do sistema, possui como objetivo apenas amenizar ou controlar as mazelas sociais de acordo com o movimento ascendente ou descendente de reprodução do capital.

A totalidade das relações sociais pautada no antagonismo entre capital e trabalho expressa-se de maneira extremamente contraditória de modo que Estado e organização da sociedade não são do ponto de vista político duas coisas distintas. O Estado configura-se como ordenamento da sociedade de classe à medida que assume papel fundamental na defesa dos interesses dominantes e na exploração do trabalho assalariado, portanto, mantém estreita relação com a reprodução dessa sociedade e suas mazelas sociais (MARX, 2010).

Dada sua gênese histórica enraizada na constituição da propriedade privada, a função ontológica do Estado é atenuar conflitos de classe entre duas classes com posições irreconciliáveis, portanto, não pode de maneira alguma ser neutro. Por sua própria atuação, desmistificando o discurso apologético, não pode servir como um instrumento de conciliação de classes que ocupam posições sociais radicalmente opostas.

Compreendido o Estado em seus lineamentos gerais e sua natureza ideológica enquanto ordenamento político e jurídico da sociedade de classes, partindo do pressuposto que a análise dessa instituição só adquire significado quando situado nas relações sociais, faz-se necessário entendermos o Estado brasileiro em suas especificidades e constituição histórica em sua condição de dependência ao capital internacional.

A formação do Estado brasileiro ocorreu no contexto de evolução e expansão do capitalismo mundial. Por esse motivo, seguiu ritmo diferente, sem negar as leis gerais do

movimento de reprodução do capital. Assumiu especificidades, enquanto capitalismo dependente, marcado por desenvolvimento desigual e combinado, cujo modo de funcionamento e reprodução estão intimamente relacionados com a dinâmica que o capitalismo assume historicamente nos países centrais, sem alterar ou anular a essência do Estado enquanto mantenedor da acumulação do capital e dominação de classe.

Fernandes (1972) e Sodré (1980) consideram que a sociedade brasileira se originou para a história moderna a partir de sua colonização pelos portugueses, como parte do projeto de expansão do mundo ocidental. Na compreensão de Sodré (1980) o processo de constituição da sociedade brasileira foi caracterizado por intensa subordinação e dependência da economia nacional a países economicamente mais desenvolvidos, o que desencadeou profundas desigualdades econômicas e sociais que perduram até hoje.

O autor compreende que o modelo de produção da sociedade brasileira ocorreu a partir da transplantação do modelo europeu de elementos de organização política que lançaram as bases do capitalismo comercial, as relações de trabalho foram marcadas pela exploração e escravidão da força de trabalho dos negros vindos da África.

O processo de colonização e formação do Brasil iniciou-se estruturado no pilar da propriedade privada, monocultura, ampliação do mercado externo e emprego de trabalho escravo, o que desencadeia uma formação histórica extremamente desigual, destinada a atender interesses econômicos da metrópole portuguesa. Desse processo, resultou a formação da classe dominante e classe dominada marcadas de acordo com a posição que ocupavam na divisão social do trabalho (SODRÉ, 1980).

A partir dessa análise histórica, considerando o movimento dialético entre universal e particular do processo de colonização, compreendemos que o “atraso” no desenvolvimento do Brasil é consequência do desenvolvimento do capitalismo mundial, e ao mesmo tempo, configura-se como a condição do desenvolvimento das potências capitalistas mundiais. Nesse processo, países capitalistas desenvolvidos e periféricos, como o Brasil, formam unidade dialética no percurso histórico que possibilitou grande desenvolvimento de alguns as custas do subdesenvolvimento de outros.

O Brasil já nasce em uma situação de dependência frente aos centros hegemônicos. Essa situação de dependência do Estado brasileiro é configurada pelo condicionamento do desenvolvimento e expansão de sua economia a economias dominantes. Nesse sentido, Ianni (1980, p. 157), considera que a especificidade da realidade brasileira no âmbito do mercantilismo está condicionada pelo “[...] paradoxo

representado pela coexistência e interdependência do trabalho escravo e trabalho livre” em decorrência da progressiva.

O processo de abolição do trabalho escravo não se deu pela comoção de determinado representante político, mas a partir da necessidade de um novo processo superior de acumulação do capital. O Estado brasileiro se origina a partir dessa contradição entre continuidade do trabalho escravo e necessidade do trabalho. Processo esse que engendrou significativas transformações de ordem políticas, econômica, social e cultural a partir de uma nova forma de organização do trabalho pautada no modelo de assalariamento.

O Brasil se configura como uma nação independente do ponto de vista político, mas dependente economicamente que se explica pela busca do processo de modernização do país em relação aos modelos europeus, processo denominado de europeização. Desse modo, a economia brasileira, consolidou-se no cenário mundial a partir do vínculo de dominação do capital internacional ao capital nacional, que em sua essência representa uma forma de controle e subordinação das sociedades subdesenvolvidas ao capital internacional. Para que esses interesses econômicos e sociais em relação ao Brasil se efetivassem, importou-se da Europa o modelo econômico baseado no liberalismo que

[...] em suas conexões ideológicas e utópicas com os interesses dos estamentos dominantes, servia como um disfarce para ocultar a metamorfose dos laços de dependência colonial, para racionalizar a persistência da escravidão e das formas correlatas de dominação patrimonialista, bem como para justificar a extrema e intensa concentração de privilégios econômicos, sociais e políticos na aristocracia agrária e na sociedade civil, que lhe servia de suporte político e vicejava à sua sombra (FERNANDES, 1972, p. 13).

A dependência do Brasil ao imperialismo constitui-se como obstáculo a participação do país no círculo dos países desenvolvidos e desencadeia um processo de desigualdade combinada explicitada com o acirramento das disparidades regionais. Esse processo ocorre porque o capital internacional necessita de áreas com matéria prima, mão de obra e mercado para a continuidade de seu processo de acumulação (BAUER, 2012).

Nesse cenário de desenvolvimento internacional, com a predominância do capital monopolista e financeiro, no Brasil se delineia o caráter autoritário do Estado que usou da repressão para aniquilar as lutas e movimentos sociais de resistências contra as reformas daquele período que buscavam conciliar capital e trabalho. Essa ação autoritária do Estado, confirma sua natureza de Estado opressor e instrumento de manutenção dos interesses burgueses (BAUER, 2012).

Como Estado e organização da sociedade não são do ponto de vista político coisas distintas (MARX, 2010), o liberalismo¹ se coloca como ideologia burguesa que legitima o novo de organização social. Tem como características fundamentais a libertação do indivíduos dos laços religiosos, a igualdade jurídica de contrato, a implementação de um Estado que interferisse o mínimo possível na economia, com o objetivo de proteger e assegurar a liberdade individual e a propriedade privada por leis. O liberalismo não é algo linear, pronto e acabado, mas assume formas diferentes no decorrer do percurso histórico a depender das necessidades do capital (LIMA, 2005).

No Brasil, o liberalismo se configurou de forma diferente do liberalismo clássico europeu. A autora mencionada destaca que uma das conquistas do liberalismo clássico foi o Estado Moderno não intervencionista, que dava aval para que a economia fosse regulada pela concorrência no livre mercado. Porém as desigualdades sociais produzidas exigiram a reformulação de alguns princípios.

As redefinições do liberalismo no Brasil, ocorrem no início do século XX com a mudança que o papel do Estado assume nas políticas sociais. Essa nova fase do liberalismo é discutida com maior profundidade por Keynes², que em suma propunha maior intervenção do Estado na economia para regular as forças econômicas, o que se traduz na ideia do Estado de Bem-Estar Social, ou seja, a atuação de um Estado que assegure a promoção de direitos sociais e políticas públicas. Lessa (2013), nos lembra que o Estado de Bem-Estar Social se efetivou somente na Alemanha e na antiga URSS, no Brasil foram possíveis, somente, algumas aproximações com a Constituição da República Federativa do Brasil aprovada em 1988. As teorias econômicas de Keynes foram influentes até a década de 1970 quando as políticas do Estado de Bem-Estar Social começam dar sinais de crise.

A política econômica neoliberal passa a ser propagada por organismos internacionais. Seu principal objetivo é o desmonte das políticas de regulação e controle

¹ O liberalismo é uma doutrina político, econômica e filosófica elaborada a partir da contribuição de vários autores, como Locke; Montesquieu; Kant; Smith. Sua elaboração foi necessária para legitimar a nova organização política e social que se constituía no período de transição do feudalismo para o capitalismo. Justifica a sociedade burguesa a partir de princípios: Liberdade; Tolerância; Defesa da propriedade privada; Limitação do Poder e Individualismo.

² John Maynard Keynes (1883 – 1946) foi um economista britânico. Suas principais ideias propunham o gerenciamento macroeconômico do mercado para conter os traços autodestrutivos do Capital em crise. Segundo Keynes, era necessário que o Estado regulasse e controlasse as atividades econômicas e as oscilações de emprego, como forma de moderar as crises econômicas e sociais. Após a Segunda Guerra Mundial, as ideias de Keynes foram amplamente difundidas e aplicadas como forma de recuperação da economia e de mercado.

da economia, como por exemplo, as políticas keynesianas e o Estado de Bem-Estar Social que defendem a intervenção e regulação do Estado na economia e a promoção de serviços públicos.

A principal característica do neoliberalismo é a defesa da não intervenção do Estado na economia. Essa medida não fica restrita ao campo da economia, é propagada a demais setores, como a educação, por exemplo, em que ocorre a chamada de empresas de cunho privado para a participação da oferta de serviços públicos legitimados e estabelecidos por meio das parcerias público-privadas (PPP).

A redefinição do papel do Estado por meio do neoliberalismo é proposta com o objetivo de superar a crise estrutural³ dos países com o capitalismo desenvolvido (Inglaterra e Estados Unidos). Na compreensão liberal, a organização do modelo de Estado interventor e regulador foi responsável pela decrescência das taxas de lucro e desaceleração da economia. Dessa forma, o neoliberalismo associado ao movimento de mundialização do capital⁴, sob a égide do capital financeiro, iniciou nos Estados nacionais um conjunto de reformas para sustentar o desenvolvimento do capitalismo nos países centrais (FERREIRA, 2017).

No Brasil, o marco da implementação do projeto neoliberal⁵ ocorreu a partir da Reforma do Estado com a criação do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) e a proposição do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, ambos sob a coordenação e proposição de Luís Carlos Bresser Pereira⁶.

Pereira (1998), deixa claro que devido a uma atuação equivocada do Estado de forte intervenção na economia e altos gastos sociais originou-se uma crise de caráter fiscal. No discurso liberal, “[...] reformar o Estado significa, antes de mais nada, definir

³ “Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode pôr em risco a sobrevivência contínua do sistema global” (MÉSZÁROS, 2011, p. 793, grifos do autor).

⁴ Refere-se a uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo mundial no contexto de crise estrutural, surge a partir da década de 1998, caracterizada como mundialização do capital (o que se convencionou chamar de globalização). “Na verdade, estamos diante de um novo regime de acumulação capitalista, um novo patamar do processo de internacionalização do capital, com características próprias e particulares se comparada com etapas anteriores do desenvolvimento capitalista” (ALVES, 1999, p. 53).

⁵ Suas principais características vão ao encontro das ideias do Estado mínimo, dentre elas convém destacarmos a privatização das empresas estatais, desregulamentação das leis trabalhistas e transferências crescentes de serviços sociais para o setor privado.

⁶ Ministro da Fazenda do Brasil no período de abril a dezembro de 1987, durante o governo de José Sarney; Ministro da Administração e Reforma do Estado de 1995 a 1998, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso; Doutor e livre docente em Economia pela Universidade de São Paulo.

seu papel, deixando para o setor privado e pra o setor público não-estatal as atividades que não lhe são específicas” (PEREIRA, 1998, p. 22)

No sentido de diminuir as atribuições do Estado e transferi-la para a sociedade civil organizada, Pereira (1998) e Brasil (1995), documentos que legitimam a Reforma do Estado propõem o processo de publicização, ou seja, a descentralização de serviços que eram de oferta exclusiva do Estado para o setor público não-estatal⁷: “como é o caso dos serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica” (BRASIL, 1995, p. 13). A Reforma do Estado envolveu aspectos políticos, econômicos e administrativos, voltados para os processos de privatização⁸. Reconfigurou as fronteiras entre público e privado, principalmente através das parcerias do Estado com o terceiro setor, por acreditar que o mercado é mais eficiente e produtivo que o Estado. A propriedade permanece sendo estatal, a oferta continua sendo majoritariamente pública, mas a lógica de mercado é que orienta o setor público. Os neoliberais querem o Estado como provedor de recursos e não como gestor.

Cavalcante (2014), compreende que no contexto da luta de classes, a política neoliberal é uma atuação do Estado a favor do Capital, na medida em que ao reduzir as atribuições do Estado na promoção de serviços sociais, oferece novos setores de atuação para o mercado, e dessa forma oferece-lhe novas fontes de acumulação de Capital.

É evidente que a política ideológica da Reforma do Estado era colocar na ordem do dia, a ideia de um Estado ineficiente como forma de estabelecer relações e parcerias entre os setores público e privado. Dessa forma, a educação entendida como serviço não exclusivo do Estado e as PPP nos deixam explícito que a Reforma do Estado propiciou as condições políticas para a inserção do empresariado brasileiro na educação ligado a necessidade de um novo patamar de acumulação do Capital em crise.

⁷ “Constituída pelas organizações sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público. [...] A propriedade pública não-estatal torna mais fácil e direto o controle social, através da participação nos conselhos de administração dos diversos segmentos envolvidos, ao mesmo tempo que favorece a parceria entre **sociedade e Estado**”. (BRASIL, 1995, p. 43, grifos nossos)

⁸ O processo de privatização proposto pela Reforma do Estado no Brasil não aconteceu somente em sua forma clássica com a venda de estatais para empresas privadas. Ocorreu por meio da forma não clássica com concessões, terceirizações e publicizações.

2.1 O ESTADO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: CONCEITOS E DEBATES ATUAIS

A década de 1990 protagonizou grandes transformações de cunho político, econômico e social. No mundo do trabalho houve a substituição do modelo taylorista/fordista de produção com a reestruturação do trabalho e implementação do modelo toyotista com o objetivo de reorganizar a produção e dotar o capital do instrumental necessário para repor os patamares de acumulação no contexto de crise estrutural (ANTUNES, 2009).

No plano social, a crise estrutural evidenciou suas contradições à classe trabalhadora que se expressaram por meio de altos índices de desemprego, aumento da pauperização, retirada de direitos e proteção social conquistados historicamente no processo de luta de classes. Essas questões são produtos da relação antagônica entre capital e trabalho (NETTO; BRAZ, 2006).

Na esfera da política, a Reforma do Estado no Brasil, ocorrida em 1995, efetivou no plano político e ideológico a implementação do projeto neoliberal. Uma das estratégias utilizadas foi a desregulação e desburocratização das estruturas do Estado, em que serviços e políticas públicas que até então eram de responsabilidade exclusiva do Estado foram assumidas por organizações da sociedade civil, o que justificou a expansão do chamado terceiro setor⁹.

Essa reorganização no trabalho e na política foram necessárias para atender as necessidades e especificidades do capital em crise e manter seu poder de dominação global. As análises de Antunes (2009, p. 33) nos permitem compreender essas questões

Como resposta à sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, [...] a isso se seguiu também um intenso processo de

⁹ Segundo Caetano (2018) no contexto de crise estrutural, o capital busca estratégias para a recuperação das taxas de lucros. O Neoliberalismo e a Terceira Via se apresentam como algumas dessas estratégias, ambas as teorias compreendem a crise a partir da atuação equivocada do Estado, portanto, como de caráter fiscal e não como crise estrutural. O Neoliberalismo tem como eixo central o processo de privatização, a Terceira Via utiliza-se do chamado Terceiro Setor (organizações de iniciativa privada, não governamentais, sem fins lucrativos que prestam serviços de caráter público. Essas entidades tem assumido um protagonismo cada vez maior na definição e execução de políticas públicas). “[...] Nas duas teorias, este [o Estado] não é mais o responsável pela execução das políticas sociais: o primeiro repassa para o mercado e o segundo, para a chamada sociedade civil sem fins lucrativos” (PERONI *et al*, 2009, p. 763). No caso da educação, são firmadas parcerias entre os setores público e privado, entendidas como parcerias entre Estado e sociedade civil, em que ocorre a transferência de responsabilidades até então exclusivas do Estado para a sociedade civil organizada em nome do “bem comum”.

reestruturação da produção do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores.

No novo contexto de mundialização do capital, desenvolveu-se um sistema global e integrado pela busca incessante do lucro, uma parte do capital é valorizada por meio de capitais-empréstimos ou investimentos em títulos de dívida pública e ações na bolsa de valores. Alves (1999) considera que a lógica do mercado financeiro provoca instabilidade financeira nos planos de estabilização dos Estados nacionais e constitui-se em uma das principais características do capitalismo em sua fase mundial.

Os países centrais pressionam os países periféricos para a abertura de novos espaços de desenvolvimento de capital, seja na esfera produtiva ou em espaços de capital fictício. A lógica da financeirização impulsiona a transferência de valor dos países periféricos para países centrais, ou seja, o valor excedente produzido pela superexploração da força de trabalho nesses países é apropriado pelo centro capitalista mediante pagamento de dívida externa, por exemplo. Nesse contexto, os Estados nacionais agem em concordância com estratégias políticas e econômicas elaboradas por organismos internacionais inteiramente articuladas para a realização do capital financeiro (FERREIRA, 2017).

Salienta-se que o protagonismo desse processo de financeirização tem também como importante mecanismo os organismos internacionais ou multilaterais, os quais consistem em um conjunto representativo formado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI); Banco Mundial (BM); Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre outros, que atuam como instrumentos de promoção de mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais deliberadas pelos países centrais (FERREIRA, 2017, p. 107).

A autora mencionada compreende que do ponto de vista do capital, a atuação desses organismos internacionais tem como objetivo estabelecer acordos globais convenientes ao desenvolvimento e manutenção dos interesses dos centros capitalistas financeiros. A atuação deles nas reformas políticas de países de capitalismo periférico como o Brasil, é fortalecida pela relação de subalternidade nos ditames do capitalismo central.

A educação não fica alheia a essas medidas. Organismos internacionais como o BM passam a influenciar de forma decisiva a elaboração das políticas educacionais com a proposição de agendas para a educação dos países ditos em desenvolvimento a partir da realização da *Conferência Mundial de Educação para Todos* em 1990. Esse evento marca

o neoliberalismo no campo da educação, a partir desse momento, essa agência passa a elaborar estudos, relatórios e recomendações que objetivam aproximar a educação pública às demandas do setor privado (BASSO; NETO, 2014; KOGA; GUINDANI, 2017).

A formulação e execução das políticas educacionais ocorrem a partir das novas definições entre público e privado, ajustam e redefinem o papel do Estado na oferta da educação a partir de conceitos próprios da esfera privada como: eficiência; produtividade; qualidade; gestão. A partir desse contexto, passa a ser atribuído à educação uma função "salvacionista", de redentora dos males sociais e responsável por solucionar problemas sociais gerados fora do escopo educativo, como por exemplo crises econômicas, competitividade, desigualdade social.

Nesse processo, ocorre o esvaziamento da formação humana dos indivíduos para dar lugar à uma formação massiva de força de trabalho pautada no desenvolvimento de habilidades, flexibilidade e competência (KOGA, GUINDANI, 2014).

Essas análises nos permitem compreender a inserção e o aumento de empresários ocupando funções estratégicas no governo, que permitem-lhe deliberar sobre as questões educacionais e o crescimento de presença de grupos privados, organizações sem fins lucrativos e fundações empresariais na definição e execução de políticas educacionais por meio de PPP.

Domingues (2017) compreende que essas parcerias integram um projeto mais amplo que reconstitui a educação pública como indústria de serviços a ser governada na sociedade do livre mercado. Segundo a autora "é nessa perspectiva que o Estado 'se retira' aparentemente de algumas demandas populares e passa essas atribuições para o setor privado ou para a sociedade civil. A educação é uma dessas demandas que sofre os efeitos da crise do capital" (DOMINGUES, 2017, p. 86).

Esse movimento empreendido pelas PPP's no contexto de crise estrutural do capital e pós Reforma do Estado reconfigurou as fronteiras das instituições públicas e privadas e a função do Estado que de provedor das políticas públicas passou a atuar como regulador por meio de parcerias firmadas com instituições da esfera privada, estas por sua vez, ficaram incumbidas de executar as políticas com recursos públicos. Ou seja, o Estado apresenta-se como o provedor dos recursos e a esfera privada como gestora, essa forma de atuação se traduz na ideia do Estado mínimo para o trabalho e máximo para a acumulação do capital, conforme pontuam Netto e Braz (2006, 2006, p. 227, grifos dos autores)

É claro, portanto, que o objetivo real do capital monopolista não é a ‘diminuição’ do Estado, mas a diminuição das funções estatais *coesivas*, precisamente aquelas que respondem à satisfação de direitos sociais. Na verdade, ao proclamar a necessidade de um ‘Estado mínimo’, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é do que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital.

Esse processo orienta a privatização da educação pública, que não ocorre somente em sua forma clássica com a venda direta de estatais mas por meio da direção e execução das políticas educacionais por entidades privadas organizadas nas PPP’s. A oferta continua sendo de responsabilidade do poder público, porém a lógica mercantil passa a influenciar os processos pedagógicos e a organização das escolas (FREITAS; 2018 PERONI; CAETANO, 2015;) e mecanismos de concessões privatizações e publicizações estão sendo diuturnamente postos em marcha e consolidam a destruição da educação pública.

No Brasil, essas medidas no campo das políticas educacionais se iniciam na década de 1990 com a Reforma do Estado e tem se aprofundado até os dias atuais, até mesmo em governos ditos de “esquerda” ou “progressistas”. Todos os governos, desde Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Vana Rouseff (2010-2016) incorporam diretrizes externas de organismos internacionais e intensificaram medidas neoliberais no campo da educação (D’AVILA, 2018). Nesse contexto neoliberal, as políticas educacionais se apresentam como campo de disputas de diferentes projetos de sociedade e de educação, a mercantilização da educação pública ocorre via sujeitos e processos, a partir da atuação de sujeitos individuais e coletivos organizados e articulados em diferentes escalas a nível local e global com representantes de diversos setores do capital e com diferentes graus de influência (PERONI; CAETANO, 2015).

A atuação dos organismos internacionais na definição das políticas educacionais contribuem para articular em nível global os interesses do capital e a manutenção da hegemonia burguesa. Essas organizações assumiram posições hegemônicas, agem como intelectuais orgânicos do capital ao publicarem estudos e relatórios sobre a educação em nível global e buscam construir o consenso de suas reformas as quais representam interesses privados de acumulação do capital internacional e difundem sua concepção de mundo a partir da posição estratégica que a educação desempenha no plano ideológico (BASSO; NETO, 2014).

2.2 A EDUCAÇÃO COMO UM SERVIÇO NÃO EXCLUSIVO DO ESTADO: ORIENTAÇÕES INTERNACIONAIS E PROJETOS NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A atuação de organismos internacionais, como o Banco Mundial (BM), no campo educacional não ocorre de forma isolada e pontual nem se impõe de forma externa para os países onde atua. Para que o projeto de educação do BM, pautado no livre mercado como modo dominante de organização da vida política e social, se efetive é necessário que pessoas alinhadas com esse projeto ocupem cargos estratégicos a frente dos governos. No Brasil não foi diferente.

As reformas educacionais promovidas pelos organismos internacionais objetivam ampliar as relações capitalistas de produção em uma relação de articulação com o capitalismo global, considerando a posição de economia dependente do Estado brasileiro, o que produz uma destruição de projetos nacionais de educação e prevalência de orientações externas

O direcionamento das políticas educacionais pelos mecanismos internacionais é produzido pela relação de dependência do capital brasileiro com o capital estrangeiro, isso se deve, pela conciliação de interesses. Com isso, os interesses dos organismos internacionais em determinar a agenda educacional internacional estão articulados com a disputa do projeto societário em questão (D'AVILA, 2018, p. 31),

Após o golpe “jurídico, parlamentar e midiático” (ALVES, 2017, p. 134) ocorrido em 2016, que destituiu a presidenta Dilma Rousseff e culminou na ascensão de Michel Temer ao poder (2016-2018), inicia-se um conjunto de reformas que visam alinhar a educação às demandas do capital que se completam com uma sequência de golpes expressos na PEC 241/55 (transformada na Emenda Constitucional 95/2016), na terceirização e na reforma trabalhista, que se configuram com um ataque desmedido aos direitos conquistados historicamente a duras penas pela classe trabalhadora (ORSO, 2017).

As medidas de Michel Temer no campo da educação, assumiram caráter explicitamente neoliberal e incorporaram recomendações do BM. Diferentemente de outros documentos elaborados e publicados pelo BM, o documento intitulado *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil* (BANCO MUNDIAL, 2017), que trata da situação fiscal brasileira, foi publicado em novembro de 2017 sob encomenda do Governo Federal

Atento à mudança de cenário, o governo federal solicitou ao Banco Mundial a elaboração deste relatório, com o objetivo de realizar uma análise aprofundada dos gastos do governo, identificar alternativas para reduzir o déficit fiscal a um nível sustentável e, ao mesmo tempo, consolidar os ganhos sociais alcançados nas décadas anteriores (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 1).

O exame do documento permite-nos compreender o conjunto de propostas do BM para uma agendas de reformas do Estado brasileiro, sua elaboração se deu com o objetivo de trazer orientações para a implementação do Novo Regime Fiscal por meio da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou os gastos públicos por 20 anos com base na lei orçamentária de 2017, principalmente nas áreas de saúde, assistência social e educação.

Ao analisarmos o documento em questão, concordamos com Shiroma, Campos e Garcia (2005, p. 428) "que palavras importam" e há todo um vocabulário, que de forma alguma pode ser considerado neutro, para legitimar as reformas pretendidas. As autoras compreendem que os discursos e palavras empregadas pelos reformadores não são aleatórias e arbitrárias, mas representam intencionalidades que se vinculam a determinações mais profundas de uma dada concepção de mundo.

O BM identifica que há déficit fiscal no gasto público brasileiro com políticas sociais, ademais, aponta que os governos gastam mais do que podem, os gastos são ineficientes e não cumprem seus objetivos, o que coloca em risco a sustentabilidade fiscal. O objetivo do BM a partir desse documento seria adequar a economia brasileira com vistas a superar o déficit constatado nos serviços públicos, para isso propõe na área da educação corte de gastos entendidos pelo BM como dinheiro mal gasto, incentivo à privatização do ensino superior, diminuição do salário de professores, e aumento do número de alunos por turma para evitar contratação de novos docentes. (BANCO MUNDIAL, 2017). Essas medidas integram um projeto de sucateamento e destruição da educação pública brasileira.

As recomendações do documento para a superação do déficit público brasileiro, por meio do "ajuste justo", baseiam-se em categorias políticas próprias da esfera privada como eficiência, qualidade, produtividade e traz recomendações para redução de gastos e focalização de políticas sociais, incentivo ao setor privado em áreas como a educação, cortes no funcionalismo público e reforma da Previdência Social com a justificativa de que,

Após um período de estabilidade econômica, altas taxas de crescimento e redução substancial da pobreza, o Brasil enfrenta hoje grandes desafios para lidar com seus gastos públicos. O crescimento das despesas primárias superou o PIB mesmo durante a fase favorável do super ciclo das commodities. O gasto tornou-se cada vez mais engessado pela rigidez constitucional em categorias como folha de pagamento e previdência social, deixando quase nenhum espaço para despesas discricionárias e de investimento (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 1).

Na compreensão do BM, com a redução dos gastos “desnecessários” dos governos o Brasil conseguirá equilibrar sua dívida pública que se acumula anualmente. “O uso recorrente da noção de crise para justificar as mudanças pretendidas pelos governos é outro aspecto que podemos assinalar como expressão da retórica discursiva presente nas reformas educacionais” (SHIROMA *et al*, 2005, p. 438). As autoras compreendem que para enfrentar a crise, os reformadores utilizam termos próprios da economia e estratégias do setor empresarial, por ser uma esfera acostuada a lidar e vencer crises. O discurso dos reformadores trazem em si dimensões políticas e ideológicas que se constituem como prática social, por isso ocorre o emprego de termos específicos para a persuasão do leitor (SHIROMA *et al* 2005).

O BM entende que os problemas educacionais brasileiros são problemas de caráter técnicos, ligas a má administração e gestão dos recursos. A partir dessa compreensão, ao analisarmos o capítulo *Gastar mais ou melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública* percebemos que as palavras “gasto”, “gastando”, “gastar” e “gastou” aparecem 77 vezes, em contrapartida a palavra “investimento” no referido capítulo consta apenas 1 vez. Entendemos que esse emprego recorrente da palavra "gasto" e seus derivados não é desinteressado, como bem nos lembra Gramsci (1996), toda linguagem traz consigo elementos de uma concepção de mundo e de cultura, portanto expressa perspectivas das relações sociais concretas que se desenrolam no processo de luta de classes e manutenção da hegemonia burguesa. A utilização de “gasto” com a educação pública em detrimento de “investimento” pelo BM é intencional, objetivam que no contexto marcado por crise política e econômica as pessoas assimilem que essa reforma é necessária e aceitem com passividade as proposições caóticas para a educação pública em nome do “bem comum”.

Percebemos que as proposições do Banco Mundial para o ensino fundamental e médio, focam primeiramente em questões econômicas. Não há análise aprofundada e contextualizada em dados históricos e sociais da realidade brasileira sobre a qualidade da educação e dos processos de ensino e aprendizagem. O documento em questão afirma que houve aumento significativo com os “gastos” na Educação básica e em contrapartida a maioria das instituições de ensino brasileiras não conseguiram ter um desempenho

considerado satisfatório nas avaliações, o que na visão do BM acarreta baixa produtividade educacional.

Essa baixa produtividade e desempenho do sistema educacional brasileiro tem raiz nos altos índices de evasão e reprovação. Segundo o BM, ainda que “[...] os gastos por aluno tenham aumentado, a maioria das escolas não conseguiu melhorar o desempenho, o que resultou em menor produtividade geral” (BANCO MUNDIAL, 2017, p. 124). Nessas constatações do BM não há dados extraídos da realidade concreta que expliquem que os índices de evasão e reprovação escolar estão associados a desigualdade social abissal produzida pelas relações capitalistas brasileira que obriga o abandono dos estudos e a entrada precoce do jovem no mundo do trabalho em nome de sua sobrevivência.

Para justificar os cortes com os “gastos” em educação pública, o BM considera categorias de eficiência e desempenho observadas quando instituições com melhores resultados são mais eficazes e se destacam nas avaliações de larga escala. Utiliza os dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) do ano de 2012 para argumentar que os resultados obtidos não foram satisfatórios em relação ao “gasto” por estudante. A partir de uma análise puramente economicista, o BM baseia-se somente nos dados do PISA para fundamentar seus argumentos, desconsidera totalmente fatores determinantes que influenciaram nesses resultados.

As reformas educacionais empreendidas pelo BM desde a década de 1990, possuem como uma de suas estratégias a reforma gerencial do sistema educacional dos países periféricos. Na compreensão desta agência, esses países são incompetentes quando se trata de administração dos recursos públicos, portanto, atua no sentido acomodar tais países às novas divisões internacionais do trabalho e limitar seus gastos com serviços públicos, dentre eles, a educação (LEHER, 1998). Organismos internacionais, como o BM, em sua atuação no campo das políticas educacionais dos países periféricos buscam a consonância entre Estado e mercado

O Estado aliado aos organismos internacionais, reformas as políticas internacionais de acordo com as imposições desses, que creditam os investimentos em educação à sustentabilidade e governanças nos países pobres em troca da submissão econômica desses países aos de capitalismo avançado, visto que aqueles são considerados áreas de risco para se investir capital. É aqui que reside a intrínseca e perversa relação entre Estado e mercado na regulação das reformas educacionais para atender as demandas do capital em crise. Dessa forma, a reorganização dos modelos educacionais implantados nos países periféricos visa atender às demandas dos próprios países “investidores” (PACIFICO, 2019).

Diante da barbárie capitalista produzida nos países periféricos, a perspectiva neoliberal exige a elaboração de políticas educacionais baseadas unicamente em uma visão economicista, pautada em conceitos do setor privado como referência de qualidade. Nesse contexto, desconsidera-se a realidade da educação brasileira em seu contexto de dependência econômica, o que favorece direcionamento externo de estratégias políticas elaboradas pelos organismos internacionais com o objetivo de manter o padrão de acumulação do capital em sua fase financeira mundializada.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que no contexto de produção da sociedade capitalista, o Estado moderno em sua atuação utiliza-se de estratégias políticas, sociais e econômicas que favoreçam o padrão de reprodução do capital, esse ordenamento político e jurídico da sociedade muda sua forma de atuação a depender do momento histórico mas não altera sua essência e função na manutenção dos interesses econômicos do capital. Como o objetivo nessa sociedade é o lucro, há uma tendência convergente de que tudo transforme-se em mercadoria e espaços de acumulação de capital, inclusive a educação. Esse fato é perfeitamente constatável no Estado brasileiro, principalmente após a Reforma do Estado, que aprofunda de forma colossal o neoliberalismo no campo da educação, e com isso inaugura um projeto de destruição da educação pública, que deixa de ser um direito subjetivo e passa a ser um serviço a ser ofertado no livre mercado.

No Brasil, a Reforma do Estado propiciou as condições políticas e econômicas necessárias para que organismos internacionais como o BM pudessem intervir e direcionar as políticas educacionais de acordo com interesses do capital internacional em relação à dominação dos países periféricos.

Consideramos que é preciso desvelar os discursos presentes nos documentos de organismos internacionais e compreender sua essência e interferência na educação pública, que na maioria das vezes se traduzem como retrocesso às conquistas. O relatório do BM *Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, especificamente o capítulo *Gastar mais ou melhor? Eficiência e Equidade da Educação Pública* apresenta estudos reducionistas e simplistas pautados em viés economicista para justificar e legitimar as reformas pretendidas na educação, já expressas em medidas autoritárias adotadas pelo Governo Federal como a aprovação da PEC 95/2016.

O documento do BM não apresenta dados que discutam questões sociais e particularidades da realidade brasileira em seus aspectos de constituição histórica, política

e econômica que influem diretamente sobre a educação pública. Os problemas educacionais são dissociados de seus determinantes e analisados somente sob o viés econômico e a solução pertinente seria cortar “gastos”.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. Notas sobre o Golpe de 2016 no Brasil neodesenvolvimentismo ou crônica de uma morte anunciada. In: LUCENA, Carlos; PREVITELI, Fabiane Santana; LUCENA, Lurdes (Org.). **A crise da democracia brasileira**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2017, p. 129-147.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital**. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

BANCO MUNDIAL. **Um ajuste justo**: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil – Brasil revisão das despesas públicas, 2017. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/884871511196609355/pdf/121480-REVISED-PORTUGUESE-Brazil-Public-Expenditure-Review-Overview-Portuguese-Final-revised.pdf>>. Acesso em 10 dez. 2019.

BASSO, Daniela; NETO, Luiz Bezerra. As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações. **Revista Itinerários Reflectionis**, n. 16, v. 1, 2014.

BAUER, Carlos. **A natureza autoritária do Estado no Brasil contemporâneo**: elementos d história e questionamentos políticos. São Paulo: Editora José Luís e Rosa Sundermann, 2012.

BIZERRA, Fernando de Araújo. **Estado e capital**: uma coexistência necessária. 1. ed. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

CAVALCANTE, Rafael Gomes. Educação para o trabalho precarizado: uma análise da reforma trabalhista como limite da proposta de educação da burguesia industrial. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Paraná, 2014.

DOMINGUES, Analéia. A inserção do Grupo Positivo de Ensino no sistema educacional público: a educação sob o controle do empresariado. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

FERNADES, Florestan. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FERREIRA, Karolinne Krízia da Silva. A América Latina e o Estado: contradições e particularidades sócio-históricas. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Alagoas, 2017.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação**: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GRAMSCI, Antônio. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização, 1996.

IANNI, Octávio. Aspectos da formação social escravista. In: LAPA, José Roberto Amaral (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.

KOGA, Yáscara Michele Neves; GUINDANI, Evandro Ricardo. Educação e neoliberalismo: interferências numa relação tirânica. **Revista Simbiótica**, v. 4, n.2, jul.-dez., 2017.

LEHER, Roberto. Da ideologia do desenvolvimento da globalização: a educação como estratégia do Banco Mundial para "alívio da pobreza". Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

LESSA, Sérgio. **Capital e Estado de Bem-Estar**: o caráter de classe das políticas públicas. Instituto Lukács, 2013.

LIMA, Michelle Fernandes. Roque Spencer Maciel de Barros: pensamento e intervenção na Reforma Universitária de 1968. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Maringá, 2005.

MARX, Karl. **Glosas críticas marginais ao artigo "O rei da Prússia e a reforma social"**: de um prussiano. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo**: de onde vem para onde vai? São Paulo: Editora Senac, 2000.

NETTO, José Paulo; BRAZ Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

ORSO, Paulino José. A educação em tempos de golpe, ou como avançar andando para trás. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**. v. 9, n. 1, p. 50-71, abr./2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/download/21735/14339>>. Acesso em 11 dez. 2019.

PACIFICO, Mário André Correia. Formação Onto-histórica do Estado capitalista, crise e desdobramentos na educação da classe trabalhadora. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual do Ceará, 2019.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A Reforma do Estado nos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. **Revista de Cultura e Política Lua Nova**. São Paulo, n. 45, p. 49-95, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/In/n45/a04n45.pdf>>. Acesso em 03 dez. 2019.

PERONI; CAETANO. O público e o privado na educação: projetos em disputa? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, jul./dez. 2015. Disponível em: <

<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/584/658>>. Acesso em 11 dez. 2019.

ROBERTSON, Susan. A estranha não morte da privatização neoliberal na Estratégia 2020 para a educação do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n.50, p.283-493, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a03.pdf> Acesso em: 11 dez. 2019.

SHIROMA, Eneida; CAMPOS, Roselane Fátima; GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 2, jul./dez., 2005.

SHIROMA, Eneida Oto; EVANGELISTA, Olinda. Estado, Capital e Educação: reflexões sobre hegemonia e redes de governança. **Revista Educação e Fronteiras**, v. 4, n. 11, mai./ago. 2014. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/4359>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

SODRÉ, Nelson Werneck. In: LAPA, José Roberto Amaral (org.). **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1980.